

Miscelânea

A INVENÇÃO DA ILHA
Tópica literária e topologia imaginária
na descoberta do Brasil*

ETTORE FINAZZI-AGRÒ
Universidade de Roma "La Sapienza"

Há no Oceano uma ilha visível à distância no mar; quando alguém quer se aproximar dela, ela afasta-se escondendo-se, mas se aquele mesmo volta lá donde se partira, novamente, como dantes, a vê.

Ibn Wasif Sah, **Compêndio das Maravilhas**

En posant la figure j'établis une tête de pont. Si vous voulez bien me suivre, vous passez le pont. Mais ensuite vous vous égaillez dans la campagne, dans votre campagne à vous.

Roland Barthes, **Le désir du neutre**

Existem lugares que se encontram na confluência de dois espaços; existem tempos que se manifestam apenas no cruzamento entre cronologias diferentes. Para essas dimensões, atravessando as outras e sendo por elas atravessadas, há só um nome possível e este nome é *figuras*¹. Tentarei aqui, muito brevemente, examinar uma delas que poderá, talvez, se tornar útil na decifração do sentido histórico-cultural ou, mais ainda, na avaliação do impacto ideológico e mítico-simbólico das descobertas geográficas (e das Américas, em particular): esse lugar é a Ilha.

A história das grandes navegações dos séculos XV e XVI é, com efeito, crônica de eventos, é sucessão de fatos e de atos concretos, mas é, ao mesmo tempo, repertório de sonhos ou de imagens aprendidas, de fantasias sem fundamento — a não ser aquele constituído por uma tradição onipotente e intransponível — que o homem europeu projeta sobre o novo, sobre o desconhecido, para tentar reduzi-lo a proporções habituais, para compreendê-lo à luz do que ele sabe por tê-lo lido ou ouvido. História de equívocos então — trágicos ou apenas grotescos — aquela das relações com as terras e com os povos encontrados; história em que têm amplo espaço a imaginação, o mito, a lenda; história, enfim, em que o que sobressai são as perspectivas maravilhosa ou monstruosa sobre as quais a cultura medieval tinha modelado o seu saber-preconceito das *terrae incognitae*.

Nesta história, com efeito, a experiência material «é sem peso» ou desempenha, em todo o caso, uma função claramente acessória, conformando-se forçadamente com uma experiência emblemática (isto é, feita de *emblemas*) que a domina e a guia, recebendo os dados naturais no âmbito de uma sabedoria "preconceituosa" que tudo justifica, na sua autoridade indiscutível, no seu ser, garantida pela evidência de Deus e da Tradição. É isso, de fato, o que acontece também com aquele mundo desconhecido que ficava às margens do mundo conhecido: com aquelas terras atlânticas, por exemplo, de que muitos tinham falado sem nunca as terem visto, que muitos tinham representado sem ter nenhuma noção delas e que, por isso mesmo, acabavam por se

* Este ensaio retoma e amplia o texto de uma conferência proferida (em setembro de 1992) no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aproveito esta oportunidade para agradecer aos professores e ao pessoal todo daquele Departamento a amizade e a simpatia com que me acolheram. Em particular, os meus agradecimentos vão à Diretora, Prof^a Berenice Cavalcante, pelo afeto e pelo cuidado com que acompanhou a minha estada no Rio.

¹ Além das páginas dedicadas à *figura* por parte de Roland Barthes (veja-se, sobretudo, a transcrição da lição pronunciada no Collège de France, sobre *Le désir du neutre*, já citada em epígrafe a este texto e publicada na revista **La Règle du Jeu**, 2e année, n° 5 (Août 1991), pp. 36-60), leiam-se também as considerações de Franco Rella no seu **Miti e figure del Moderno**, Parma, Pratiche, 1981, pp.5-10 e *passim*.

desconjuntarem, na fantasia ou no desejo, em tantos fragmentos insulares -- cada um, repare-se, dotado de um sentido único, cada um individualizado por um caráter irrepitível, mas precisando, todavia, de uma leitura global, precisando, em outros termos, de um arquipélago dentro do qual situar-se. E os navegadores, por conseguinte, encontram apenas ilhas nas suas viagens rumo ao Oriente pela via ocidental: dimensões primeiro reais, depois só inventadas, ou, mais em geral, dimensões realizando-se na invenção e inventando-se na sua realidade.

Nesta perspectiva, a ilha em que eu penso e de que eu quero falar aqui acaba por ser sobretudo uma *figura*. Figura geográfica, claro, mas também figura na acepção mais ampla de «espaço projetivo»² em que se condensam uma série de práticas representativas, em que se acumulam, a nível ideal, experiências heterogêneas: espaço, enfim, que se expõe à precariedade sem fim da interpretação simbólica, ao flutuar histórico das alegorias morais, políticas, religiosas³. De modo que essa ilha de que falo tem, desde o início, uma consistência «topográfica» e uma imaterialidade «tópica»: ou seja, ela é um fragmento espacial reconhecível, dotado de uma identidade cartográfica própria mas é, ao mesmo tempo, uma condensação retórico-discursiva, é o *lugar* ilocável em que se juntam e se sedimentam imagens muitas vezes contraditórias.

Para tentar ilustrar melhor esta ambigüidade, bastará, por exemplo, fazer referência às famosas *Ilhas Afortunadas* a que correspondem, quase sempre, aquelas ditas *Infortunadas*: ilhas "vistas" pelos navegantes e registradas nos mapas dos séculos XV e XVI, objeto até de doações ou de negociações, mas que permanecem, ao mesmo tempo, projeções espaciais de desejos ou de medos, territórios inscritos entre "fortuna" e "azar", entre esperança e horror, cuja existência é atestada apenas pela autoridade da tradição, é certificada por uma escrita que dis-põe sobre a carta geográfica lugares do imaginário, compendiando, em si mesmos, contraposições ideais, antíteses éticas. Nem poderia ser de modo diferente dentro de um universo — como aquele que se estende entre a Idade Média e o Renascimento — dominado ainda por uma Lógica "irrepreensível", dando lugar, por sua vez, a uma geografia que nada tem a ver com o mundo sensível, ou que, melhor, reduz o mundo sensível a simples pre-texto daquele Texto sublime que o homem tem de ler analogicamente através e além da experiência natural.

A ilha participa, então, desde o início, de duas modalidades do ser: ela situa-se na encruzilhada entre o virtual e o real, entre a lenda e a existência, entre o mito e a história; ela apresenta-se, em suma, como o objetivo de uma descoberta e como o produto de uma invenção. Todos sabem, aliás, do uso regular, em relação às novas terras, do verbo latino *invenire* (de que *inventare* poderia, de fato, ser considerado apenas uma forma intensiva) a que pode ligar-se a hesitação terminológica entre «descobrir» e «achar» (ou «encontrar») que percorre as primeiras crônicas⁴: e é justamente nesta alternativa, no âmbito semântico que ela delineaia, que está escondida — a meu ver — a figura da ilha. Já que esta me parece o resultado mais claro de uma indecisão significativa entre o *conhecer* e o *reconhecer*, entre a aceitação do que é ignoto e a fidelidade ao que é sabido. Colocados, em outras palavras, diante da opção entre o admitir, por um lado, as novas terras como um espaço desconhecido pela tradição, e o negar, pelo outro, tal novidade, os europeus acabam por não fazer nem uma coisa nem a outra, delimitando lugares que são, ao mesmo tempo, conhecidos e desconhecidos, reais e fantásticos — espaços, enfim, que se tinham de explorar como se fossem figuras indecifráveis, mas figuras, por paradoxo, inscritas desde sempre nas profundidades da memória coletiva.

² Cf. Roland Barthes, *op.cit.*, p. 51. Sobre a relação, vigente na Idade Média, entre realidade e imagem mental no que diz respeito ao mundo natural, veja-se a bela introdução de Gioia Zaganelli à sua edição da *Carta do Preste João (La lettera del Prete Gianni)*, Parma, Pratiche, 1990, pp. 7-44).

³ Veja-se, por exemplo, a leitura simbólica da ilha fornecida por Rabanus Maurus no seu *De Universo*: «Insulae dictae, quod in salo sint, id est in mari positae, quae in plurimis locis sacrae Scripturae aut Ecclesias Christi significant aut specialiter quoslibet sanctos viros, qui traduntur fluctibus persecutionum, sed nun destruantur, quis a Deo proteguntur» (tiro a citação da edição italiana do livro de Jacques Le Goff, *Tempo della Chiesa e tempo del mercante*. Torino, Einaudi, 1977, p. 270, nota 33). Não se pode, de resto, esquecer como à ilha sagrada -- a que alude Rabanus Maurus e que se tornará, com efeito, durante a Idade Média, o lugar da santificação eremítica - correspondam as muitas ilhas infernais, espalhadas ao longo da história cultural do Ocidente.

⁴ Vejam-se, também para extrair deles maiores indicações bibliográficas, os meus ensaios: *Ir algures: a delimitação do ilimitado na literatura de viagens dos séculos XV e XVI*, in *Vértice*, II Série, nº 11 (Fevereiro de 1989), pp. 91-89; *L'isola meravigliosa: l'invenzione del Brasile*, no prelo nos anais do Colóquio *Le caravelle portoghesi sulle vie delle Indie* (Milão, 3-5 de dezembro de 1990).

O'Gorman já falou, com efeito, de uma "invenção" do espaço americano; Todorov já ilustrou a imagem de um Colombo "hermeneuta"⁵: só falta, a meu ver, a tentativa de fazer convergir tais leituras no corpo figural da ilha. Se, em outras palavras, conseguimos perceber a ambigüidade do movimento, a ambivalência do sentido da descoberta da América, entendida como um *ir* sendo, ao mesmo tempo, um *vir*, ou mais ainda um *in-venire* — ou seja, o resultado de uma *inventio*, um reencontrar no âmbito da tradição: um "experimentar inventado", afinal⁶ —, eis que deveremos também reconhecer que os lugares descobertos podem ser ainda vistos como *tópoi* mal escondidos nas dobras de uma escrita milenária; como *loci communes* de um saber perdendo-se na noite dos tempos; como figuras arquetípicas, enfim, constelando desde sempre o discurso cultural europeu.

As muitas ilhas (Marco Polo, por exemplo, contava doze mil e setecentas delas, só no mar Índico...), as ilhas infinitas de que nos falam cronistas e geógrafos seriam, nesse sentido, os marcos de um percurso recusando-se a perder o seu caráter de discurso, as parcelas de um mundo — ao mesmo tempo existente e inventado, vivido e lido — não chegando a se organizar numa estrutura específica, não conseguindo afastar-se do universo mental que o gerou mas alcançando, todavia, uma própria autonomia imaginária, figural. Basta lembrar, a esse respeito, o número de *Insularii* produzidos entre o século XV e o século XVI⁷: representações de um mundo disperso na quantidade e na heterogeneidade dos seus "lugares", disseminado por espaços singulares, e todavia, por paradoxo, recolhido num Sentido único, anterior e intangível, compreendido numa Totalidade que o explica e o desenvolve na sua diferença infinita.

A ilha, a figura da ilha, dada a sua "de-finição", apresenta justamente tais vantagens: permite fazer experiência do que é novo sem todavia abandonar a segurança do que é sabido; dá a possibilidade de conhecer reconhecendo no interior de um espaço fechado; relaciona o absolutamente outro com uma imagem fincada no coração do idêntico, suspendendo as contradições dentro de uma ambigüidade que tudo assimila. Uma espécie de *epokhé* — como veremos também mais adiante —, de interrupção das antinomias, que todavia deixa passar o sentido; deixa transitar — falando em termos concretos — para a segurança do conhecido. Movendo-se, com efeito, no vácuo imenso interposto entre a Europa e a Ásia, entre duas dimensões "certas" (dando por certa a visão fantástica do mundo oriental), os navegadores descobrem obstáculos territoriais imprevistos, descobrem um espaço impensado e após ter até tentado, no início, negá-lo (pense-se só em Colombo e na sua obstinação em identificar as terras encontradas com aquelas do Grande Khan), depois, de uma recusa inicial, começam a recortar aquele espaço em tantos fragmentos insulares, com função de lugares de trânsito, de lugares intermediários entre dois espaços "consolidados", "conhecidos". Quanto ao Brasil, poder-se-á, por exemplo, considerar como ele foi longamente avaliado como simples ponto de passagem na rota para o Cabo da Boa Esperança, uma ilha providencial onde parar, onde abastecer-se na corrida das Índias⁸.

Pois bem, esse caráter precário apresenta-se como uma das conotações fundamentais no Novo Mundo: enorme, labiríntico arquipélago em que os navegantes se mexem à procura de um trânsito para o Oriente. E nessa imagem, que é mental antes mesmo de ser real, reflete-se quer o desejo de ganhar novas terras para o conhecimento (e para o domínio); quer o contra-desejo de negar a elas uma consistência territorial, continental.

⁵ Vejam-se, a respeito, Edmundo O'Gorman, **La invención de América**, 2ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1984, e Tzvetan Todorov, **La conquête de l'Amérique. La question de l'autre**, Paris, Seuil, 1982, cap. I.

⁶ Cf. ainda, em relação ao emprego do verbo *invenire* e às suas conexões com a *inventio*, o meu *Ir algures*, cit., p.83.

⁷ Sobre a história e o êxito dos *Insulários* -- numa época, aliás, que se alarga do séc. XV até ao séc. XVII --, vejam-se, em particular, os importantes estudos de Frank Lestringant, *Fictions de l'espace brésilien à la Renaissance: l'exemple de Guanabara* (in: **Arts et légendes d'espaces**, a c. de Christian Jacob e Frank Lestringant, Paris, Presses de l'École Normale Supérieure, 1981, pp. 205-56) e, sobretudo, *Fortunes de la singularité à la Renaissance: le genre de l'«Isolario»* (in: **Studi Francesi**, anno XXVIII, fasc. III (settembre-dicembre 1984), pp. 415-36).

⁸ Cf., entre outros, a tradução italiana do livro de Lyle N. McAlister, **Dalla scoperta alla conquista. Spagna e Portogallo nel Nuovo Mondo (1492-1700)**, Bologna, Il Mulino, 1986, pp. 340-41, e Joaquim Veríssimo Serrão, **História de Portugal**, Lisboa, Ed. Verbo, 1978, vol. III, pp. 129-30 (o historiador português menciona, aliás, a carta, datada de 28 de agosto de 1501, com que Dom Manuel informou oficialmente os Reis Católicos do achamento da Terra de Santa Cruz, definida por ele «mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque allí [Cabra] corregiu suas naus e tomou água»: como se vê, a função da nova terra, enquanto desembarcadouro conveniente na rota para o Oriente, é já clara nestas indicações régias).

Nem mar nem terra, nem espaço desconhecido nem lugar conhecido e, por outro lado, todas essas coisas ao mesmo tempo, a ilha converte-se numa espécie de "entremeio" — provisório mas imprescindível — em que a diferença se deposita, se coalha, se espessa, tornando-se, desse modo, visível, palpável. E, com a ilha, os seus habitantes: aqueles índios que não se sabe ou não se quer encaixar num paradigma racial e que acabam por ser os emblemas viventes daquele processo de neutralização das diferenças de que a figura da ilha é, ao mesmo tempo, causa e efeito. A leitura da *Carta do achamento* de Pero Vaz de Caminha pode resultar, nesse sentido, iluminadora.

Documento, evidentemente, dos mais preciosos no plano histórico, mas também monumento literário do desassossego europeu perante um território que se suspeita imenso, ilimitado, e que, por isso mesmo, se tenta de-finir, de-limitar. Tanto que se, na parte final da *Carta*, o escrivão da frota de Cabral confessa a impossibilidade de dar uma medida à terra («pelo sertoão nos pareceo, do mar, muito grande, porque, a estender olhos, nom podíamos veer se nom terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra», f.13v⁹), após, então, ter certificado o caráter desmedido do que ele, de fato, teima em definir como terra, conclui a sua carta ao Rei D. Manuel datando-a «da Vossa ilha de Vera Cruz»¹⁰. Porque oferecer ao soberano uma ilha, depois de lhe ter insinuado, ao longo do texto, a suspeita de ter adquirido aos seus domínios uma nova terra (nunca antes a palavra *ilha* é mencionada)? Após lhe ter apresentado e descrito uma terra-firme, um espaço imenso e imprevisível? Cautela tardia de um literato não afeito às navegações, às mensurações cartográficas, claro¹¹, mas também — e, talvez, sobretudo — dívida paga, forçosamente, a uma tradição cultural antiquíssima afigurando só ilhas naquele que já os cartógrafos e os viajantes árabes apelidavam «Mar das Trevas», pontilhando-o também eles com ilhas portentosas, povoando-o também eles de *mirabilia*¹².

Que o Atlântico (como, de resto, outros oceanos e mares da incerta cartografia medieval) fosse disseminado desses fragmentos de um território fantástico, o certificam, aliás, seja os textos seja os mapa-mundi europeus dos quais ele era ou o cenário ou o protagonista. Entre as obras literárias, valerá talvez a pena mencionar pelo menos a *Navegação de São Brandão*, um dos *protótipos* daquele gênero, muito freqüentado na Idade Média, chamado de «viagens ao outro mundo». A procura penosa do lugar paradisíaco por parte do lendário monge irlandês e dos seus intrépidos companheiros tem, com efeito, as conotações de uma romaria por ilhas: viagem que tem a forma de uma longa expiação, de uma oração interminável desenvolvendo-se entre lugares - ou "estações" - fascinantes e terríficos, até o cumprimento, também ele mirabolante ou milagroso (já que se apresenta como um achado realizando-se através de uma perda, como uma descoberta resultante de um extravio dentro de um mágico nevoeiro) na «Terra da Promissão de Todos-os-Santos». Ora bem, esta peregrinação oceânica mostra, como foi justamente apontado, um aspecto histórico-geográfico muito interessante, visto que, para alcançar o Paraíso Terrestre que os mapas medievais colocavam no Extremo Oriente, os monges-navegadores fazem proa rumo ao Ocidente, navegando num mar povoado por ilhas maravilhosas¹³.

Que este antigo *iter ad Paradisum* seja o arquétipo — progressivamente contaminado, claro, por mil outras leituras, até perder-se numa espécie de modelo labiríntico, até confundir-se num esquema genérico e inconsciente da viagem por mar —, que a *Navegação*, se torne um exemplo textual inelutável, nunca transgredido, nem pelos primeiros cronistas do Novo Mundo, o demonstra, entre outros, também o "achamento"

⁹ Cito -- com poucas intervenções gráficas -- da edição diplomática de Anna Unali, *La «Carta do achamento» di Pero Vaz de Caminha*, Milano, Cisalpino-Goliardica, 1984 (pp. 76-77).

¹⁰ *Ibidem*, p. 77.

¹¹ O escrivão, com efeito, antepõe à sua descrição uma declaração de incompetência quanto às coordenadas da nova terra: «da marinagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer e os pilotos devem ter esse cuidado» (f. 1r; ed. cit., p. 82).

¹² Veja-se pelo menos, a esse respeito, a bela antologia de Angelo Ariolo, *Le isole mirabili. Periplo arabo medievale*. Torino, Einaudi, 1989.

¹³ Para uma análise detalhada da *Navegação* e para uma informação completa sobre a ampla bibliografia relativa a esse texto, remeto para a tese de doutoramento de Renata Anna Bartoli, *La «Navigatio Sancti Brendani» e la sua fortuna nella cultura romanza dell'età di mezzo*. Padova, Dott. di ricerca in Filologia Romanza e Italiana, Fevereiro de 1990.

do Brasil na descrição que dele nos dá Pero Vaz de Caminha. Nesta descrição, por exemplo, encontramos a estranha coincidência temporal da chegada, na ilha almejada, durante o período subsequente à Páscoa — como já acontecia, justamente, na obra medieval¹⁴ — e, além disso, todo o conjunto de elementos tópicos (de origem antiqüíssima) marcando esse lugar longínquo como já tinham marcado a ilha paradisíaca visitada pelo Santo-navegador e pelos seus companheiros. Entre eles, em particular, o rio apresentando-se como um limite ao andar, que já existia na *Navegação*¹⁵ e que, na relação do escrivão, se torna um «rio de muita água» correndo paralelamente à beira do mar e desenhando-se como uma fronteira (lábil e, ao mesmo tempo, muito firme) entre o conhecido do espaço explorado e o desconhecido do "sertão" desmedido, apenas entrevisto do alto dos navios¹⁶.

A referência a esse modelo literário, tão distante no plano cronológico (a primeira redação em latim da **Navigatio** remonta ao século X), não deve aliás estranhar, visto que, ao nível histórico, sabe-se que o próprio Dom Manuel, destinatário da carta de Caminha, cedeu, poucos anos depois (em 1519), à Espanha, com o tratado de Évora, a «Ilha perdida»¹⁷, ou seja aquela mesma Ilha do Paraíso achada por São Brandão e nunca mais reencontrada pelas muitas expedições organizadas a esse fim — o que atesta, pelo menos, a vitalidade e o crédito de que ainda gozava aquele texto devoto no Portugal do século XVI. É que, sobre a carta que fala do achamento do Brasil atuem, de resto, modelos literários reconhecíveis, o demonstram seja a abundância de elementos tópicos — que remetem não apenas para uma geografia edênica, mas, mais genericamente, para as muitas descrições de *loci amoeni* presentes primeiro na literatura Clássica e depois naquela da Idade Média —, seja um outro elemento, inserto no texto, que vale talvez a pena analisar em detalhe.

¹⁴ Na primeira versão da lenda, a Páscoa era, na verdade, celebrada sobre a ilha móvel -- de fato, um monstro marinho -- de Jasconius, enquanto que o desembarque no Paraíso Terrestre só se realizava após mais quarenta dias de navegação (cf. *ibidem*, p. 127). A chegada de Cabral na ilha de Vera Cruz se dá, pelo contrário, logo depois da festa e, mais exatamente, na quarta-feira de Pascoela (o que justifica, aliás, o nome de *Monte Pascoal* ao primeiro elemento paisagístico da nova terra avistado pelos navegantes; cf. a **Carta do achamento**, ed. cit., p. 84). Parece-me, todavia, indiscutível a função de "iniciação", de acesso ao mundo encantado, desempenhada pelo rito pascoal que, lá como cá -- na **Navigatio** como na relação de Caminha --, se realiza sobre uma ilha precária, balançando-se entre a solidez da terra e a fluidez do mar (sobre a imagem e sobre a função do «*ilhéu grande*», em que Cabral manda celebrar a missa da oitava de Páscoa, cf. *infra*).

¹⁵ Sobre a «frontière humide» que separa, em muitos textos medievais -- embora alternando-se, em outros, com um muro de fogo --, o mundo conhecido do mundo *outro*, veja-se ainda Renata A. Bartoli, *op. cit.*, pp. 60, 140 e passim.

¹⁶ Cf. Anna Unali, **La «carta do achamento»**, cit., p. 93 e passim. Embora o cronista afirme, mais adiante, que o rio «não é mais largo que um jogo de mancal» (p. 100), o vai-e-vem dos dois grupos, para aquém e para além dele, acaba por assumir as feições de uma aproximação ritual entre grupos diversos. Assim, por exemplo, é descrito o episódio do encontro festivo entre os portugueses e os indígenas: «além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias [...] que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita» (pp. 102-103). É aqui evidente, a meu ver, a função simbólica -- de fronteira cultural -- desempenhada pelo rio: Diogo Dias o atravessa aceitando, por um lado, de se entender com os *outros* na base do código corporal e gestual da dança, mas introduzindo, por outro lado, elementos de novidade próprios da cultura europeia (o segurar-se pela mão, gesto ausente no baile dos "selvagens").

¹⁷ Cf., também pela rica informação bibliográfica relativa a esse evento, a introdução de Maria Antonietta Grignani à edição de duas versões antigo-italianas de **La navigazione di San Brandano**, Milano, Bompiani, 1975 [a notícia da cessão da «ilha perdida» encontra-se na p. 20]. A existência de uma "ilha de São Brandão", aliás, perdura no imaginário geográfico até ao século XIX: ela é, com efeito, ainda presente -- embora relegada na parte mais setentrional do Atlântico -- no atlas de Stieler, datado de 1867! Cf., a esse respeito, Luís de Albuquerque, **Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses**, 4ª ed., Lisboa, Publ. Europa-América, s.d. [mas 1989], p. 155.

De fato, no interior da narrativa de Caminha encontra-se a descrição de uma missa solene - a de Pascoela - que Cabral manda celebrar, não sobre a terra, mas num «ilhéu grande» que se acha, por sua vez, no centro da Baía de Porto Seguro¹⁸. O rito sacro, a que os Portugueses assistem com grande recolhimento, trajados com a sua roupa de cerimônia, à sombra de um baldaquim e desfraldando os seus vexilos militares («ali era, com o Capitam, a Bandeira de Cristo com que saiu de Belém, a qual esteve sempre alta, à parte do Evangelho», f. 5r), a missa, representa um momento importante de aproximação (de aproximação na diferença, claro) entre os europeus e os indígenas, os quais assistem da praia - nus e barulhentos, - àquela estranha pantomima, respondendo com a sua festividade instintiva à compunção de um culto teatralizado¹⁹. Mais do que esse elemento *carnavalesco* inscrito na gravidade do período pascoal, parece-me, todavia, que uma outra "inscrição" denuncia a literariedade do texto de Caminha, já que, com efeito, depois da missa o sacerdote conta aos navegantes «de nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos» (f. 5r)²⁰. Um conto, então, dentro do conto, uma *mise en abyme*, no interior do discurso sobre a descoberta da terra de Vera Cruz, de um discurso menor, ainda desenvolvido no «sinal da cruz», e em que o maior, claramente, se espelha. Nem isto chega, visto que, como já apontei, a pregação se realiza num ilhéu incluído na grande ilha encontrada, o que torna ainda mais evidente a relação duplamente especular entre topografia e tópica, entre geografia descrita e história contada, denunciando, ao mesmo tempo, os limites de um texto que remete, afinal de contas, apenas a si próprio, isto é, que encontra em si mesmo a sua referência (o que é, de fato, um dos efeitos mais conhecidos do mecanismo artístico dito da *mise en abyme*, produzindo, no âmbito da narrativa, o que se costuma definir como "*récit spéculaire*")²¹.

Poucos anos mais tarde, aliás, aparece uma obra que, para além das intenções e das circunstâncias em que foi composta, apresenta, a meu ver, afinidades notáveis com a carta de Caminha: refiro-me à **Utopia** de Thomas Morus. Nesse caso também fala-se da descoberta de uma ilha (por parte de um português, repare-se): ilha inventada e contada assim como é "achada" (*inventata*) e narrada aquela de Vera Cruz; também ela fora dos mapas e das rotas tradicionais, lugar "indeterminado" que é colocado a uma distância incomensurável a respeito de qualquer lugar conhecido; também ela acabando por se propor como uma realidade de ordem puramente textual; também ela, enfim, «une représentation figurative que le texte inscrit sous son discours et par lui». Esta última citação (que tirei do importante estudo de Louis Marin sobre a obra de Morus²²) leva-me, ainda, a circunavegar a figura da ilha, a marcar os seus limites, a traçar o seu perfil ambíguo, visto que a dimensão imaginada pelo escritor inglês apresenta-se, mais uma vez, como uma espécie de "entremeio" entre Velho e Novo Mundo: ou seja, segundo se expressou Marin em relação à **Utopia**, como «un entredeux, [...] le moment neutre d'une différence, l'espace hors lieu d'une distance ou d'un écart qu'il n'est possible ni d'inscrire sur une carte de géographie ni de consigner dans une histoire»²³. Caracteres, esses, que não é difícil detectar na ilha de Caminha, suspensa entre dois espaços que ela, negando, reafirma, e afirmando, nega — surgindo, então, como lugar de compromisso em que conhecido e desconhecido, topologia e topografia, literatura e crônica, a

¹⁸ Cf. **Carta do achamento**, ed. cit., pp. 96-99. Os historiadores e os geógrafos contemporâneos enfrentaram, não por acaso, muitos problemas na identificação desse ilhéu, que se apresenta, com efeito, mais como um espaço "cenográfico" que como um espaço real (cf. Valeria Bertolucci Pizzorusso, *Uno spettacolo per il Re: l'infanzia di Adamo nella «Carta» di Pero Vaz de Caminha*, in **Quaderni Portoghesi**, n° 4 (Outono de 1978), pp. 49-81). Dessas ilhas providenciais, no interior de baías sempre muito amplas e "seguras", são aliás disseminadas as cartas geográficas e as crônicas européas relativas ao Novo Mundo: vejam-se, a respeito, as considerações de Frank Lestringant em **Fictions de l'espace brésilien...**, cit., pp. 223-34.

¹⁹ «Enquanto estevevamos à missa e à pregação, seriam na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como os d'ontem, com seus arcos e setas, os quaes andavam folgando e olhando-nos; e asentaram-se. E, depois de acabada a missa, asentados nós à pregação, alevantaram-se muitos deles e tanjeram corno ou vozina, e começaram a saltar e a sançar huu pedaço» (esta, como a citação que precede no texto, tirei-as do f. 5r da **Carta**; et. cit., pp. 66-67). Observem-se neste trecho, entre outras coisas, os movimentos especulares e contrapostos de portugueses e indígenas, dominados pela oposição entre *sentar-se* e *levantar-se*: a imagem que resulta desta descrição tem quase as marcas características de uma dança ritual, desembocando, enfim, no verdadeiro baile dos índios.

²⁰ *Ibidem*, pp. 66-67.

²¹ Cf., sobretudo, Lucien Dällenbach, **Le récit spéculaire. Essai sur la mise en abyme**, Paris, Seuil, 1977 (em particular, pp. 100-138).

²² Louis Marin, **Utopiques: jeux d'espaces**, Paris, Minuit, 1973, p. 84.

²³ *Ibidem, ibidem*.

necessidade de um paradigma, enfim, parece como que interromper-se numa temporalidade neutra, numa espécie de *epokhé*, de suspensão, do discurso histórico-cultural.

Bastará, por isso, reportar-se às descrições da nova terra, boiando entre a impossibilidade de instituir qualquer confronto entre o que se vê e o que se sabe e a tendência contrária de traduzir tudo em termos analógicos («a terra, em si, é de muito bons ares, asi frios e temperados coma os d'Antre Douro e Minho», f. 13v)²⁴. Do mesmo modo, aliás, o escrivão procede em relação aos indígenas, de quem ele dá uma descrição toda marcada pela neutralização dos opostos: nem negros nem brancos, e todavia partícipes de características somáticas (e éticas) tanto brancas quanto negras; nem selvagens nem civilizados, mas representantes de uma alteridade que se pode com facilidade reconduzir sob o signo da identidade («esta gente nom lhes falece outra cousa para ser toda cristãa ca entenderem-nos», f. 13r)²⁵.

Assim essa ilha achada acaba por colocar-se na encruzilhada das contradições, inscrita numa temporalidade fundamentalmente interrompida: tempo neutro, de fato, marcado pela ausência de uma sucessão de estações — segundo a fórmula ditada, vários séculos antes, por Isidoro de Sevilha quanto ao Paraíso Terrestre: «*Non ibi frigus, non aestus*»²⁶. Neutralização climática, esta, que se encontra em quase todas as crônicas dos descobridores e que delimita, afinal de contas, um "lugar comum" cultural em que com-preender e conter a Diferença relacionando-a com uma Identidade, passada ou futura e, em todo o caso, insituável em relação ao presente²⁷. Desvio ou distância, aliás, que do plano temporal transborda, de modo inevitável, naquele espacial, produzindo um afastamento indefinido (e indefinível) da nova terra de qualquer possível *aquí*, um deslocamento dela para um *antes* ou um *depois* que parecem irreduzíveis a qualquer *agora*: assim, por exemplo, a ilha de Vera Cruz é localizada, na carta de Caminha, a uma distância exagerada (660 ou 670 léguas das Ilhas de Cabo Verde²⁸) e, na realidade, incomensurável em relação ao Sabido. Lugar paradisíaco preservado pela lonjura, tornado intangível pelo seu ser fora de qualquer rota conhecida...

A acronia, nessa perspectiva, o estar suspenso do Novo Mundo num tempo fora do tempo, aponta para uma atopia que revela, por um lado, a sua conotação utópica, mas que manifesta, por outro lado, a sua força desviante em relação a qualquer realidade presente, localizável, tangível. E é também essa, talvez, a razão pela qual, perante tal aporia espaço-temporal, os cronistas das novas terras — e Caminha entre eles — abrigam-se no interior do *topos* insular: já que nele, apenas, pode manter a sua credibilidade o "entrementes", o "meio-tempo", entendido aqui como intervalo, como dimensão ambígua, como tempo de hesitação interposto entre uma inocência perdida, um estado de natureza desejado e uma evangelização divisada, uma aculturação auspiciada.

O que eu quero dizer é que a espera de um Sentido, que se tem de recuperar nas dobras da memória coletiva ou que se tem de imprimir sobre o espaço encontrado, não pode senão se condensar na figura da Ilha — lugar de compromisso e de compreensão, justamente, que não só pelo seu encerramento, pela sua finidade, mas também pelo seu caráter provisório, de ínterim, permite tomar consciência do Novo sem produzir um abandono traumático do Conhecido: dimensão local, enfim, em que a globalidade pode espelhar-se sem se perder. Nem espaço outro nem idêntico, e tanto uma coisa quanto a outra, a ilha-texto de Pero Vaz de Caminha apresenta-se,

²⁴ Ed. cit., p. 77.

²⁵ Ed. cit., p. 76.

²⁶ Veja-se Sérgio Buarque de Holanda, **Visão do Paraíso**, 3ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, pp. XX-XXI, pp. 162-67 e *passim*. Cf. também Arturo Graf, **Mití, leggende e superstizioni del Medio Evo**, Roma, Plurima, 1989 [1ª ed.: Torino 1892], vol. I, pp. 30-32.

²⁷ «Esse mundo paradisíaco, fosse ele cristão ou pagão, permanecia invariavelmente no passado, ou no futuro, ou no sonho, alheio e adverso à vida atual» (S. Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 147). Diante (ou dentro) da imagem da Idade de Ouro ou da imagem edênica — diante, enfim, ou dentro do sonho de uma condição anterior e, em todo o caso, irrecuperável — encontra-se, com efeito, a utopia de um Paraíso por construir, de um futuro "jubiloso", não localizável em relação ao presente: pense-se só (num âmbito ainda religioso, mas, desta vez, não ortodoxo) na interpretação do Novo Mundo como "terra prometida" que impeliu os Judeus e os Cristãos Reformados para as Américas. Nem é tampouco possível omitir o papel do milenarismo, de raiz joaquimita, insinuando-se ainda nas dobras da visão ortodoxa, católica, de uma terra por evangelizar: como se sabe, este componente messiânico marcou profundamente a religião popular do Brasil, acompanhando sempre a história do País.

²⁸ Cf. **Carta**, ed. cit., p. 61. Vejam-se, a respeito, as considerações de Jaime Cortesão na sua **História dos Descobrimientos Portugueses**, 2ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1979, vol II, pp. 193-98.

na realidade, como o inter-texto em que se entrecruzam vários discursos — sem se anular, todavia, entretecendo-se, antes, numa neutralidade cheia de tensões. De maneira que ela representa, ao invés da linearidade da peregrinação por ilhas de São Brandão, o emblema único em que se coadunam e se sobrepõem todas as imagens contraditórias experimentadas, de cada vez, pelos monges-navegadores medievais. O Brasil, então, como *Insula fortunata e infortunata* ao mesmo tempo: como lugar intercalado entre horror e esperança, entre medo e desejo do desconhecido, entre natureza e cultura, entre perda e reencontro. Ou, ainda, o Brasil como não-lugar (*ou-tópos*, justamente) cheio de todos os lugares, espaço destinado a ocupar espaços diversos que nele se neutralizam, se condensam em qualquer coisa que fica a meio caminho entre o Antigo e o Novo Mundo.

Esse caráter utópico, marcando desde o início o Brasil, parece, aliás, confirmado por um mito que surge mais tarde, por volta da metade do século XVI, e que chega mesmo a receber uma imponente confirmação cartográfica: trata-se da lenda da *Ilha-Brasil*²⁹. De fato, justamente na época em que os portugueses começam a se familiarizar com a nova região; justamente na época em que inicia a exploração do interior do país, se torna, por paradoxo, mais firme a convicção de que aquela terra "achada" por Cabral era, na verdade, uma ilha imensa, cujos limites seriam o Amazonas, ao norte, e o Prata, ao sul: os dois rios, com efeito, teriam ambos a sua origem num grande lago interno, às vezes chamado *Lagoa de Ouro* ou *Lago Dourado* (nome ligando-se, claramente, ao mito do Eldorado), às vezes denominado, em língua indígena, *Eupana* ou *Paraupava*. Mais uma vez, então, à percepção assustadora de uma espaço sem fronteiras, responde a lógica do desejo, fechando uma terra desmedida e, por isso mesmo, inefável, dentro de limites certos, pensáveis: já que só o que se recorta num Lugar pode "fazer sentido" (seja mesmo um sentido da Diferença, visto o caráter "compensatório" desse Brasil-Ilha), ao passo que o Espaço infinito não tem voz nem nome, não chegando a ser nem identificado nem dominado³⁰.

Para ilustrar esse mecanismo (que é ideológico mas também psicológico, parecendo-se com aquele — todo mental, claro, mas com efeitos ainda em âmbito material — da *Verleugnung* freudiana), bastará talvez se lembrar do que acontece na Europa, mais ou menos na mesma época das descobertas geográficas, em relação à loucura. Pois bem: também nesse caso assistimos à descoberta de um "território" até então impensado; isto é, nos deparamos com a consciência incipiente de uma dimensão da existência toda externa à dimensão conhecida, normal, habitual. E também nesse caso, para transitar no mar da indecisão entre aceitação e recusa, o homem do século XVI arma um Navio em que o louco «é o Passageiro por excelência, isto é o prisioneiro da Passagem», visto que ele «não tem nem verdade nem pátria senão nessa extensão infecunda entre duas terras que não podem

²⁹ Cf. em particular, Jaime Cortesão, *op. cit.*, vol. II, pp. 254-60, e, mais recentemente, Nello Avella, *L'Eden, il buon selvaggio e l'isola: considerazioni su alcuni «topoi» mitologici nella cultura brasiliana*, in *Letterature d'America*, II, nº 8 (verão de 1981), pp. 89-111.

³⁰ Não pode aliás escapar aos olhos dos historiadores contemporâneos o significado ainda político desse mito cartográfico, que «dava ao Império Português na América do Sul uma base geográfica e servia os propósitos do imperialismo português contra o seu vizinho espanhol» (A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 4ª ed., Lisboa Palas Editores, 1974, vol. I, p. 481). Dito em outras palavras, se a *terra* achada por Cabral era uma ilha, ela pertencia, por lei e por completo, ao Rei de Portugal. A situação, todavia, não é tão simples como aparece, visto que (ao que se sabe) o primeiro que difundiu -- pela metade do séc. XVI -- a lenda de um "Brasil-Ilha" foi João Afonso (cf. Jaime Cortesão, *op. cit.*, vol. II, 256-58), piloto e cartógrafo que era, certamente, de origem portuguesa, mas que viveu na França e trabalhou durante muito tempo ao serviço do rei da França (até assumir, nos documentos da época, os nomes "afrancesados" de Jean Alphonse Saintongeois ou de Jean Fontenau; cf. Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe siècle*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1952, pp. 22-27, e Luís de Albuquerque, *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiva, 1987, pp. 35-55). Que interesse podia ter, com efeito, um francês naturalizado em difundir, na sua pátria de eleição, um mito geográfico funcional ao expansionismo lusitano -- e isso, aliás, numa época em que a França estava projetando ou estava, até, já sustentando a sua aventura "antártica"? De resto (como lembra o próprio Oliveira Marques), a lenda da "Ilha-Brasil" não é acolhida -- entre a segunda metade do séc. XVI e a primeira metade do século XVII -- apenas pela cartografia portuguesa, mas também por aquela holandesa, e os Países Baixos, como é sabido, estavam também eles empenhando-se, naquele mesmo período (precisamente entre 1598 e 1654), em arrancar grandes pedaços de território brasileiro ao domínio português.

pertencer-lhe»³¹. Suspensa nesta condição ambígua, também a *déraison* não tardará em encontrar a sua moradia numa figura insular — primeiro identificada nas *Ilhas Afortunadas*, em que nasce, de fato, a Loucura erasmiana; depois circunscrita naquela ilha simbólica (e real) que virá a ser o manicômio, o hospício mental: lugar de detenção do Não-Sentido em que o Sentido se espelha no seu "ser-outro"³².

Espaço de neutralização das diferenças, a Ilha fica sendo por isso, o lugar ambicionado e temido em que se faz a experiência da Alteridade sem se perder nela; o lugar de Passagem permitindo reduzir, num tempo suspenso, que é dentro e fora do decurso do tempo, a perspectiva infinita de uma *terra incognita*. Uma espécie de miniaturização, de resumo — embora num espaço não obrigatoriamente reduzido, como no caso da Ilha-Brasil imaginada durante o século XVI — permitindo combinar as contradições dentro de uma figura que não só não as anula, mas que, pelo contrário, as exalta, sem todavia alterar o senso das proporções, sem desatar, sobretudo, os «*verrous de sûreté*» que vinculam o Idêntico ao seu Outro.

Assim que, se nas primeiras crônicas o que sobressai, em particular, é uma imagem edênica do Brasil, isso não impede, antes prevê, a possibilidade de uma leitura oposta: a de uma dimensão infernal em que o homem europeu é condenado a expiar as suas culpas. Leitura com duas faces, contraditória, que já se entrevê na *Carta do achamento*, em que parece possível contrapor, à escolha dos dois grumetes portugueses — abandonando de noite, às escondidas, os navios para se perderem naquela ilha maravilhosa —, a resignação ou, talvez, o medo manifestando-se no comportamento dos dois degredados, deixados por Cabral entre os "selvagens"³³. Leitura, todavia, cuja ambigüidade se tornará muito mais clara, ao longo do tempo, nas descrições da nova terra feita pelos cronistas sucessivos: por um lado, o inferno antropofágico (já presente nas notícias de Américo Vesúpcio sobre o *Mundus Novus*, mas ilustrado, sobretudo, pela famosa relação de Hans Staden); por outro, o paraíso perdido, sempre descrito ou sugerido por muitos viajantes europeus³⁴.

Entre essas duas conotações extremas o Brasil continuará se isolando: laboratório de uma diferença experimentada sem nunca infringir — a não ser de modo marginal — os limites do conhecido; sem nunca exceder um patrimônio mítico e ideológico que, por paradoxo, permite conhecer a diversidade através do reconhecimento, isto é, através das analogias com estereótipos às vezes perdidos entre as dobras (e os devaneios) de um discurso cultural milenário. De modo que não pode espantar o fato de que também o nome da ilha achada

³¹ Cito, traduzindo, da versão italiana da obra, já clássica, de Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique* (trad. it.: *Storia della follia*, 2ª ed., Milano, Rizzoli, 1980, p. 19). A referência textual implícita nessas considerações é, obviamente, *Das Narrenschiff* de Sebastian Brant (publicado em 1494).

³² Devo esta interpretação "insular" da instituição manicomial — que atravessa, de fato, a obra de Foucault — ao importante estudo de Michel Serres, *Géométrie de l'incommunicable: la Folie*, in *Hermes I. La Communication*, 2ª ed., Paris, Minuit, 1984, pp. 167-90.

³³ Cf. *Carta do achamento*, ed. cit., pp. 116-16. É preciso notar que o número dos marinheiros portugueses que abandonam, voluntariamente e às escondidas os navios de Cabral sobe a cinco numa carta (de 17 de outubro de 1501) com que Alberto Cantino informa, de Lisboa, o duque Ercole d'Este, em Ferrara, sobre a descoberta da nova terra. Uma fuga, esta, que o célebre cartógrafo italiano relaciona claramente com o caráter paradisíaco do "mundo encontrado": «in un locho che si chiama Santa Croce, per essere dilectevole, di bona aria et di dolcissimi fructi abundante, fugirono marinari de la nave del Re, et non volsero no più tornare in nave et li restarono» (transcrevo de Sérgio Buraque de Holanda, *Visão do Paraíso*, ed. cit., p. 289, nota 13). Por outro lado, o desespero dos dois degredados é descrito de modo muito mais claro na relação do "Piloto Anônimo" sobre a viagem de Cabral («similmente, com [Cabral] scrisse, lassava duoi uomini banditi in detto loco, li quali cominciarono a piangere, e gli uomini di quella terra gli confortavano e mostravano avere di loro pietà»). Deste relatório ao Rei, como se sabe, só ficou a tradução italiana, incluída primeiro na obra de Fracanzio de Montalboddo, *Paesi novamente ritrovati et novo mondo da Alberico Vesputio Florentino intitolato* (Vicenza 1507), depois publicada — como, aliás, o texto completo de Fracanzio — no primeiro volume da coletânea de Giambattista Ramusio, *Delle navigationi et viaggi* (Veneza 1550; ed. moderna: org. por Marica Milanesi, vol I, Torino, Einaudi, 1978, pp. 619-53).

³⁴ Sobre a importância da obra de Hans Staden (publicada pela primeira vez em Marburg em 1557) — que é, sim, posterior a outras visões do Novo Mundo, e do Brasil em particular, como dimensão antropofágica, mas que, talvez mais do que qualquer outro texto, promoveu a difusão na Europa da imagem do brasileiro-canibal —, cf. o meu *O Duplo e a Falta. Construção do Outro e Identidade nacional na Literatura Brasileira*, in *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 1 (março de 1991), pp. 52-61. Sobre a proximidade, também espacial, entre "lugares" edênicos e infernais, v. Arturo Graf, *op. cit.*, vol. I, p. 30. No que se refere, enfim, à conotação dúplce (positiva/negativa) do Brasil no interior do discurso cultural europeu — enquanto, justamente, lugar suspenso na ambigüidade entre divino e demoníaco —, veja-se o livro fundamental de Laura de Mello e Souza, *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

acabe por ser quase o fruto de um compromisso entre a realidade e a lenda, entre o que se vê e o que se sabe, entre experiência e desejo.

Com efeito, se é verdade que a denominação da nova terra, embora entre mil dúvidas, acaba por se fixar no nome de uma árvore (o "pau brasil"), tão copiosa e tão copiosamente exportada pelos portugueses, não é menos verdade que nessa dívida paga à experiência (e à experiência mercantil, sobretudo) continua ecoando um nome mítico que remonta, mais uma vez, à outra experiência, aquela — fantástica, neste caso, literária — vivida por São Brandão. Já que, de fato, dentro do *corpus* dessa tradição antiqüíssima encontra-se uma ilha atlântica, registrada também nos mapas medievais e procurada com teimosia pelos navegantes ao longo do século XV, denominada *Bressail* ou, de modo ainda mais claro, *Brazil*, *Bracir* ou *Bracile*, topônimo que em língua celta devia, justamente, significar «ilha afortunada»³⁵. Como não ficar espantados por essa analogia nominal emparelhando a ilha achada por Cabral com a ilha perdida de um santo fabuloso? Ilha vagando entre o norte e o sul nas representações medievais do mar Atlântico e que parece fixar-se, sem realmente consistir, naquela terra antes denominada, religiosamente, de Vera ou de Santa Cruz, depois rebatizada, laicamente, "dos Papagaios".

Se o batismo nominal do novo mundo equivale — como foi amplamente sublinhado³⁶ — a uma tomada de posse, no caso do Brasil isso se dará apenas no âmbito de um compromisso neutralizando a realidade através da fantasia, ou bem esta através daquela, chegando a uma denominação ambivalente que aceita possuir a verdade observada no desapossamento de uma verdade imaginada, proposta por uma tradição antiqüíssima. Inscrito nesta ambigüidade, interposto entre o que é novo e o que é sabido, entre água e terra, entre inferno e paraíso, o Brasil — talvez mais do que outros lugares americanos — guardará longamente este caráter misto, ficará para sempre (também por causa das suas fronteiras lingüísticas) um continente com traços insulares e/ou uma ilha que é um continente³⁷.

³⁵ Na ampla bibliografia relativa a esta ilha inventada, bastará apenas mencionar o volume de José Osvaldo de Meira Penna, **Utopia Brasileira**, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988, pp. 21-26, ou bem, no âmbito propriamente histórico-geográfico, o estudo clássico de Capistrano de Abreu, **O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses**, Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1900, pp. 47-50, e a mais recente contribuição de Luís de Albuquerque, **Introdução à História dos Descobrimientos Portugueses**, cit., pp. 154-57. Em particular, à página 167 deste último livro encontra-se uma tábua comparativa com os vários nomes atribuídos aos Açores em documentos dos séc. XIV e XV: depois do que dissemos até aqui, não espantará o fato de encontrar entre os topônimos, não só *Brasil* (ou seja, "ilha afortunada"), mas também o de *Ilha do Inferno*. Mais um sinal, este, da compensação inevitável entre o bem e o mal, da proximidade necessária entre lugares edênicos e infernais, no interior da "geografia moralizada" vigente durante a Idade Média.

³⁶ Veja-se, por exemplo, Tzvetan Todorov, **La conquista dell'America**, Torino Einaudi, 1984, pp. 32-34.

³⁷ Na verdade, a figura insular -- além de ser, obviamente, um arquétipo freqüentado desde sempre pela literatura -- parece, em particular, "habitar" de modo estável a auto-consciência americana (quanto à América hispânica, bastará apenas mencionar a imagem "fundadora" e, ao mesmo tempo, simbólica da ilha de Macondo em **Cien años de soledad** de Gabriel Garcia Márquez, remetendo -- para outros exemplos e para um estudo sobre «La isla como paradigma utópico» -- para o importante volume de Fernando Ainsa, **Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa**, Madrid, Gredos, 1986, pp. 269-71, 299-302, 462-65 e *passim*). É, todavia, sobretudo no Brasil, a meu ver, que ela se torna obsessão geográfico-literária, a partir da **Ilha da Maré** de Botelho de Oliveira até à «Fundação da Ilha» na **Invenção de Orfeu** de Jorge de Lima (de que tirei, aliás, a sugestão para o título do presente trabalho). Não é este, com certeza, o lugar para empreender uma análise histórica ou genealógica dessa figura nas letras brasileiras: bastar-me-á, aqui, assinalar a importância dela na interpretação da identidade cultural brasileira, lembrando, em conclusão, só o título de uma conferência (pronunciada em 1940) de Gilberto Freyre sobre, justamente, a formação do Brasil e sobre a história da(s) mentalidade(s) brasileira(s): *Continente e Ilha* (texto agora reeditado em G.F., **Problemas Brasileiros de Antropologia**, 4ª ed., Rio-Brasília, José Olympio-INL, 1973, pp. 141-72).

Figura encontrando-se na encruzilhada entre duas realidades, espaço ubíquo localizando-se na sobreposição de vários espaços, história contando-se num presente eternamente suspenso entre passado e futuro: é isso, no fundo, o Brasil sempre perdido e sempre reencontrado pelos viajantes europeus — tantos por aqueles reais como pelos imaginários, a partir dos primeiros até aos modernos. Uma utopia sem tempo, então, que se oculta e se desvela nas profundezas insondáveis do tempo: a sua descoberta será, como para a ilha de São Brandão, o resultado vertiginoso de uma perda, de um extravio que aproxima, na perspectiva concludente da ilha.